

O CAPITAL SOCIAL NAS AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: ESTUDO DE UM ARRANJO PRODUTIVO TURÍSTICO

Francisco Sávio de Oliveira Barros*
Maria Vilma Coelho Moreira**

RESUMO

A abordagem dos Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (ASPLs) revela-se como nova forma de análise das aglomerações de empresas. Tradicionalmente, o enfoque desta análise tem sido a indústria. O turismo, como ramo do setor de serviços, tem sido incipientemente estudado por essa abordagem. Este artigo busca analisar a organização dos diversos atores no território do Arranjo Produtivo Turístico de Canoa Quebrada-CE, sob a ótica das dimensões do capital social. A pesquisa, exploratório-descritiva e de natureza qualitativa e quantitativa, utilizou o escopo metodológico do estudo de caso. Concluiu-se que a dinâmica de funcionamento das configurações organizacionais no território indica a existência de vínculos interorganizacionais incipientes e pouco consistentes. A existência de um óbice no nível de confiança dos agentes no território do arranjo dificulta o estabelecimento de relações mais integradas, especialmente nas ações voltadas para o turismo, principal produto da região pesquisada.

ABSTRACT

The approach of Local Productive Arrangement (LPA) has been considered a new conceptual framework to analyze organizations' arrangements. Traditionally, the focus of this analysis has been on the industry sector. Tourism, as a branch of the service sector has largely been studied superficially. Therefore, this article aims at analyzing the organization of several actors located in the Tourism LPA of the Canoa Quebrada-CE region, by studying the social capital dimensions within the territory. The exploratory-descriptive research, which is also qualitative and quantitative in nature, adopted the case study methodology. The study concludes that the functioning dynamics of the organizational configurations within the territory indicated of incipient and less consistent ties among them. The existence of obstacle concerning the level of the actor's trust in the LPA territory, hinders the establishment of more integrated relationships, especially among the actions focused on the tourism, main product of the studied region.

*Mestre em Administração - Universidade de Fortaleza/UNIFOR

**Profª CMA/UNIFOR

INTRODUÇÃO

Algumas abordagens conceituais têm estudado a organização de micro e pequenas empresas e suas atuações em determinado território. Entre estas, sobressaem os estudos dos distritos industriais (COCCO *et al.*, 1999; BECATTINI, 1999; e IPIRANGA, 2002); *clusters* (SAXENIAN, 1996; SCHIMITZ e NADVI, 1999; PORTER, 1998; e AMORIM, 1998); e arranjos e sistemas produtivos locais (ALBAGLI e BRITO, 2002; CASSIOLATO e LASTRES, 2003; e MOREIRA *et al.*, 2004). A atuação dos diferentes atores nessas formas de organização coletiva possibilita a participação no processo de produção e, por meio de suas interações, dá origem à formação de um tecido socioproductivo, cujos diferentes agentes se especializam, cooperam, aprendem e compartilham de um objetivo comum.

As tipologias de aglomerações produtivas apontam para origens e formatos comuns, e divergem apenas quanto ao foco dos estudos e prevalências metodológicas. Cassiolato e Szapiro (2003) afirmam que as abordagens metodológicas que estudam as aglomerações produtivas são “conceitualmente difusas” e apresentam diferentes taxonomias relacionadas às especificidades dos diferentes programas de pesquisa e de seus objetivos. Por outro lado, esses estudos evidenciam a emergência de novas estratégias de organização e de desenvolvimento de pequenas empresas, cujas origens são as redes e os agrupamentos com base territorial (AMARAL FILHO, 2002).

A abordagem dos arranjos e sistemas produtivos locais (ASPLs) revela-se como nova forma de análise da organização da produção local que permite maior integração entre os atores inseridos em uma política de desenvolvimento local sustentável. Contudo, conforme se verifica, estudos sobre arranjos e sistemas produtivos locais têm focado, prioritariamente, atividades industriais em detrimento das outras esferas econômicas, em especial o setor de serviços. Assim, o setor de turismo só é incipientemente tratado neste tipo de abordagem analítica de aglomerações de empresas.

A opção pelo segmento turístico para a realização deste trabalho deve-se à sua particular relevância para a economia cearense. Como um dos principais destinos do Estado, sobressai a região de Canoa Quebrada, situada no litoral leste, de reconhecimento nacional e internacional por seus atrativos naturais singulares, sofisticada gastronomia e pelo acolhimento de visitantes de diversas origens e culturas.

A indiscutível importância estratégica desse segmento para o desenvolvimento sustentado do Ceará exige maior cuidado no concernente à identificação e ao acompanhamento dos vários atores presentes no território, sejam empresas, instituições de apoio públicas e não-governamentais e membros da comunidade local; de suas relações e alianças; e de seus papéis dentro de um cenário que propicie não apenas o êxito de cada um em uma perspectiva individualista, como também e, primordialmente, a possibilidade de se alcançar coletivamente um desenvolvimento de forma sustentada para as localidades menos favorecidas e de elevado potencial natural.

As razões que levaram à realização desta pesquisa foram a importância da organização das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento regional brasileiro e a escassez de estudos voltados a essa temática no contexto dos serviços turísticos e da realidade econômica e social do Estado do Ceará. Dessa forma, neste estudo busca-se analisar a organização dos atores (econômicos, políticos, institucionais e sociais) no território do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada, sob a ótica das dimensões do capital social. Para tanto, este estudo faz uso de uma pesquisa de campo em empresas e instituições político-sociais presentes no citado território.

Este artigo está estruturado em seções, cobrindo os seguintes tópicos: revisão da literatura de suporte à investigação acerca das principais conceituações e tipologias das aglomerações produtivas e das dimensões do capital social; percurso metodológico da pesquisa; e a descrição do caso estudado. Na última seção se apresentam algumas idéias conclusivas do trabalho.

AGLOMERAÇÕES PRODUTIVAS DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: PRINCIPAIS CONCEITUAÇÕES

Alguns sistemas de organização produtiva baseados em redes regionais foram identificados em diferentes partes do mundo e em diferentes épocas. Cita-se o exemplo da "Terceira Itália", já bastante discutido e estudado na literatura, pelo sucesso que alcançou, sobretudo na década de 80. Outras regiões adotaram estruturas semelhantes e, também, foram amplamente ressaltadas, como: a Alemanha, França, Espanha, Suécia, Dinamarca e o Japão, com suas características singulares (COCCO *et al.*, 1999).

Neste trabalho é apresentada uma breve discussão sobre as abordagens metodológicas dos distritos industriais, *clusters* e arranjos e sistemas produtivos locais. As duas primeiras estratégias surgiram em países desenvolvidos, Itália e Estados Unidos da América, enquanto a metodologia dos arranjos e sistemas produtivos tem sido objeto de diversos estudos no Brasil, a partir das pesquisas realizadas pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), coordenada pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O surgimento dos distritos industriais na Itália tornou-se objeto de diversos estudos de pesquisadores. Estes procuraram entender como uma estrutura de pequenas empresas, com suas limitações de escala, acessos às facilidades de crédito e ao mercado estrangeiro, pode crescer no mercado e obter maiores lucros e desenvolvimento local, durante um período no qual as grandes empresas estavam perdendo espaço para a concorrência vinda de fora (BECATTINI, 1999). Conceitualmente, os distritos industriais constituem uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença de uma comunidade de pessoas e de uma população de empresas que atuam de forma integrada e interdependente em dado espaço geográfico e histórico (COCCO *et al.*, 1999). Essas concentrações produtivas apresentam, ainda, algumas características singulares, tais como: 1. coexistência de concorrência e de solidariedade; 2. redução dos custos de transações do mercado local; 3. efervescência inovadora; 4. grande mobilidade dos postos de trabalho; e 5. cooperação para alcançar os objetivos econômicos (BECATTINI, 1999).

As referidas características voltam-se para a eficácia dessas regiões e permitem a todos os membros do território, independente do seu posto de trabalho, participar do conjunto social de produção, a partir do estímulo à constituição e consolidação de uma rede estável de conexões com os mercados finais, enquanto possibilitam impor uma imagem representativa do distrito. Como evidenciado nos citados estudos, a principal característica do distrito industrial italiano é ser um sistema econômico de produção com fortes vínculos sociais, identificados nas consistentes relações entre as esferas social, política e econômica, dentro do território.

Da mesma forma e com suas características distintas, a região do Vale do Silício (EUA) identifica-se como um sistema industrial baseado em uma densa rede regional de relações sociais que favorece a integração das empresas, propicia um aprendizado descentralizado e coletivo, flexibilidade e facilidade de adaptação às mudanças do cenário econômico, ao mesmo tempo que encoraja o empreendedorismo e incentiva uma competição interna menos destrutiva (SAXENIAN, 1996). Evidencia-se, ainda, a participação de universidades e centros de pesquisa e capacitação dentro do processo de desenvolvimento do território.

Ao apresentar uma convergência de conceitos, os estudos sobre as aglomerações produtivas do tipo *clusters*, de origem predominantemente anglo-saxônica, mostram a anuência dos pesquisadores quanto à importância dessas organizações para o desenvolvimento de empresas perante um exigente mercado externo e evidenciam um claro consenso e identidade com as tipologias de distrito industrial e de arranjos e sistemas produtivos locais. Ao conceituar *cluster*,

Schmitz e Nadvi (1999) o definem como uma concentração setorial e espacial de empresas conectadas com ênfase em fatores locais de competição e participação em mercados globalizados.

Diferentemente, Porter (1998) identifica a estratégia de organização do tipo *cluster* como uma concentração geográfica e interconectada de empresas e instituições em um setor específico. Nessa definição, contudo, os aspectos ligados diretamente à comunidade local não são evidenciados, o que denota a prevalência da dimensão econômica nesse tipo de organização produtiva. Dela fazem parte fornecedores de componentes, de equipamentos, de serviços especializados e tecnologias; e, ainda, instituições governamentais, de pesquisa e comerciais. Dentro dessa concepção, a estratégia do *cluster* está mais próxima e prioriza a grande produção flexível e não propriamente a pequena produção flexível, organizada horizontalmente (AMARAL FILHO, 2002).

O terceiro modelo de aglomerações produtivas abordado neste trabalho corresponde aos arranjos e sistemas produtivos locais (ASPLs), que representam as aglomerações, não apenas de empresas como, também, de instituições do governo, associações, instituições de pesquisa, educação e treinamento, entre outras, presentes em determinado território. Essas organizações propiciam às empresas participantes, especialmente às pequenas, mais condições de sobreviver de modo competitivo e sustentado, o que ressalta a forte relação entre o capital social e a formação de aglomerações produtivas (ALBAGLI e MACIEL, 2003).

Arranjos produtivos locais podem ser definidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que possuem vínculos mesmo incipientes (ALBAGLI e BRITO, 2002; CASSIOLATO e LASTRES, 2003). Por outro lado e de forma evolutiva, os sistemas produtivos e inovativos locais, conforme conceituação de Cassiolato e Lastres (2003), são aqueles APLs que apresentam relações de interdependência, articulação e vínculos consistentes. Sob o ponto de vista estratégico, a atuação em arranjos produtivos locais pode trazer alguns benefícios para as empresas, em especial às pequenas organizações, ao conciliar economia de escala e flexibilidade, favorecer a inovação, reduzir custos e estimular a postura empreendedora (FERNANDES, 2000). Essas redes de empresas e instituições são importantes na vida empresarial, pois podem intensificar a interação, ao promover redução do tempo e do espaço nas inter-relações entre seus componentes.

As formas de organização de pequenas empresas ora apresentadas constituem alternativas de agrupar pessoas, empresas e instituições em torno de objetivos comuns e podem ser implementadas em diferentes locais e setores da economia, desde que observadas as particularidades territoriais, o processo histórico e a vocação econômica da comunidade.

O entendimento dos diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões e países enseja a relevância de se estudar a empresa não como um agente que atua isolado, mas em decorrência de sua imersão em relações e estruturas sociais amplas. Enquanto as respostas das empresas em face das mudanças e pressões do mercado globalizado diferem dentro dos diversos tipos de aglomerações e entre elas, existem alguns pontos em comum nos estudos dessas organizações: as empresas que priorizam a cooperação mostram aumento de sua performance, a variar de acordo com o desenvolvimento do território. Da mesma forma, uma cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar a confiança e as práticas de mútua assistência que, juntamente com a cooperação, podem representar elementos constitutivos de um capital social da comunidade.

○ CAPITAL SOCIAL E SUAS DIMENSÕES: CONCEITOS, FORMAÇÃO E FATORES DETERMINANTES

Ao caracterizar os arranjos produtivos locais instituídos no Brasil, Amaral Filho (2004) demonstra que essas organizações, em grande parte, contêm características próprias das regiões periféricas, ou seja: informalidade; baixo nível ou ausência de interação entre as empresas; e baixo nível ou ausência de cooperação. Conforme demonstram esses aspectos, o capital social nessas organizações é limitado e frágil. Da mesma forma, o baixo nível de cooperação e confiança entre os atores participantes de um arranjo produtivo pode afetar a competitividade sistêmica do aglomerado.

A valorização dos recursos embutidos nessas estruturas sociais, caracterizadas pela confiança e cooperação entre os agentes, volta-se para o conceito de capital social e sua relevância na origem e como possível causa para as desigualdades econômicas e sociais entre as diversas regiões. Esse fato revela, ainda, consoante apontam Albagli e Maciel (2003), correlação entre o desenvolvimento local e o contexto social e histórico-cultural de determinada comunidade.

Na sua origem, o conceito de capital social surge no âmbito da sociologia a partir dos estudos de Bourdieu (1980), que se referiu às vantagens de pertencer a certas comunidades. Sua definição para capital social sugere um “[...] agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento [...]” que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva (BOURDIEU, 1980, p. 424).

Subjacente a essa definição, identifica-se a idéia de conflito inerente ao capital social que, como as demais formas de capital, se encontra desigualmente distribuído pelos indivíduos da comunidade. Esse aspecto é evidenciado nas regiões mais pobres e carentes de políticas de desenvolvimento com base local e que, com equidade, possam abordar os problemas sociais e as desigualdades humanas.

Coleman (1990; 1998) desenvolveu o conceito de capital social a partir da associação das abordagens da sociologia e da economia, e passou a identificá-lo, primeiramente, dentro da relação educação e desigualdade social. Sua definição para capital social, com base no contexto educacional, relaciona-o com o conjunto de recursos inerentes às relações familiares e à organização social da comunidade e úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social do indivíduo. Ao considerar que seu processo de desenvolvimento tem origens não intencionais, o capital social possibilita o alcance de certos fins não possíveis na sua ausência, ao mesmo tempo que, como as outras formas de capital, é produtivo. Para esse autor, o capital social é definido por sua função, “[...] não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todos consistem de algum aspecto de uma estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão no âmbito da estrutura (COLEMAN, 1998, p. 98)”.

Ao reconstruir o conceito de capital social, Franco (2001) refere-se à capacidade das pessoas de uma sociedade de: 1. privilegiar os interesses do grupo em detrimento dos individuais; 2. implementar o trabalho conjunto objetivando o alcance das metas comuns da comunidade; 3. se organizar e se associar; e 4. compartilhar valores, normas e gestão das organizações comunitárias. Essas características denotam uma série de relações estáveis e duráveis estabelecidas entre pessoas e os diversos grupos e associações formadas dentro do território e propiciam um nível ótimo de desenvolvimento social para a comunidade.

Ao popularizar o conceito de capital social a partir de seus estudos sobre a Itália (1993) e sobre os Estados Unidos (2000), Putnam (1993) identifica-o como os traços da vida social, suas redes de relações, normas e confiança que facilitam a ação conjunta em prol de objetivos comuns. Conceitualmente esse autor define

o capital social como a capacidade dos grupos e organizações que formam a sociedade civil de desenvolver o trabalho conjunto no alcance de objetivos comuns, possibilitadores de maior eficiência na produção coletiva de riqueza. Dentro desse conceito, o aspecto da confiança é visto como o facilitador e viabilizador da vida social ao gerar e potencializar os recursos econômicos. Dessa forma, a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e em consequência da forte tradição de ação comunitária.

Os estudos dos distritos industriais italianos e das aglomerações produtivas no Brasil, conforme defendem Albagli e Maciel (2003), mostram que os elementos determinantes do capital social e as diversas estratégias das aglomerações produtivas não se vinculam de forma automática. Essa disposição é baseada nas peculiaridades da história política e cultural das regiões; na diversidade das relações entre as instituições do Estado e da sociedade; e em decorrência da existência de lideranças representativas locais. Essas organizações de pessoas e grupos funcionam como uma "usina" de capital social baseada na parceria e cooperação entre as pessoas da comunidade e transformam o ambiente social no qual estão inseridas (FRANCO, 2001).

Capital social pode ser destacado, ainda, pelo acúmulo de experiências participativas e organizacionais ocorridas na base de uma comunidade ou sociedade e que reforçam os laços de solidariedade, cooperação e confiança das pessoas, grupos sociais e instituições (MELO NETO e FRÓES, 2002). Esses autores identificam seis fatores que constituem a base para a construção do capital social. São eles: 1. participação social; 2. organização; 3. solidariedade social; 4. iniciativa; 5. cooperação; e 6. confiança. Em uma comunidade, a atuação conjunta de todos esses elementos é condição imprescindível para a existência do capital social, e corresponde ao pilar de um novo modelo de desenvolvimento.

É na interação entre os citados fatores que se consolida o capital social. Nesse intento, deve-se motivar a participação das pessoas nos grupos sociais que emergem a partir das inter-relações, por meio do incremento de suas capacidades, competências e habilidades. Esses grupos irão atuar como geradores de idéias e projetos, com foco nos objetivos comuns da comunidade, e possibilitarão, também, a formação de um elo entre as instituições, o governo e a comunidade para a criação de parcerias e constituição de uma coordenação local. Todo processo de formação do capital social é semelhante a um ciclo que se alimenta continuamente e é formado com a participação e o envolvimento das pessoas nas ações comunitárias, as quais, por sua vez, desenvolvem cooperação, confiança e solidariedade social, elementos de um capital social fortalecido.

Além das conceituações ora apresentadas, outros estudos acerca do capital social sobressaem, sob a ótica de diferentes abordagens. Nesse contexto, Albagli e Maciel (2003) apresentam diferentes enfoques. Sob a ótica da funcionalidade, o capital social é um recurso existente nas relações sociais em determinadas comunidades. Ao facilitar a ação coletiva orientada para um propósito comum, o capital social permite à comunidade obter certos benefícios econômicos, políticos e sociais. Segundo alguns autores sugerem, os estudos do capital social permeiam um novo paradigma. Este é, ao mesmo tempo, empresarial e social. Chévez (2001) coloca o capital social como poderosa ferramenta para análise e promoção do desenvolvimento com base nas comunidades. Dentro dessa amplitude, o conceito de capital social integra aspectos inter-relacionados, como: a reciprocidade, as redes sociais, desenvolvimento social, cooperação e governabilidade.

De acordo com esse entendimento, a formação do capital social está condicionada à criação de uma rede de cooperação entre os atores e as instituições. Na medida em que as atividades deixam de ser implementadas individualmente e passam a ter a participação coletiva, exige-se a constituição de um modo de coordenação efetivo, com vistas a garantir a integração das ações e o alcance dos objetivos coletivos (MOREIRA *et al.*, 2004).

Assim como nos demais setores da economia, as estratégias de organização de pequenas empresas com base territorial, apresentadas neste trabalho, também podem ser desenvolvidas no setor de serviços, a exemplo das atividades turísticas. Em ambos os casos, essas estratégias objetivam o fortalecimento das empresas perante a concorrência crescente; a facilidade no processo de inovação sistemática, com a criação de novos produtos e serviços; e a redução de custos dos processos produtivos com economia de escala. Esses benefícios podem ser alcançados, concomitantemente, com o respeito, preservação e valorização dos costumes, da identidade e das tradições comunitárias.

PERCURSO METODOLÓGICO

Na operacionalização deste estudo exploratório-descritivo e de natureza qualitativa e quantitativa, realizado durante o ano de 2004, utilizou-se o escopo metodológico do estudo de caso. Como unidade de análise, considerou-se a região de Canoa Quebrada, composta pelos agentes econômicos e instituições de apoio setoriais.

O uso da metodologia do estudo de caso justifica-se em vista do alinhamento entre os objetivos da pesquisa e as características e fins dessa técnica de investigação. Ao constituir forma de se fazer pesquisa social empírica, o estudo de caso possibilita a investigação de um fenômeno atual dentro do seu contexto de vida real, complementada pelo uso de múltiplas fontes de evidência (YIN, 1994). Conforme Triviños (1992), o grande valor dessa técnica é fornecer conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, cujos resultados atingidos podem permitir hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas.

A fase da pesquisa de campo caracterizou-se por mais uma imersão no contexto específico da região de Canoa Quebrada e foi desenvolvida no período de março a novembro de 2004. Tendo como base as informações coletadas na Associação dos Empreendedores de Canoa Quebrada, o universo da pesquisa contou com o total de 80 empresas presentes na região e que compõem o *trade* turístico. Destas, 43 são hotéis e pousadas, 25 são restaurantes e barracas de praia, enquanto 12 são empresas que atuam na prestação de serviços e na venda de artesanato e de outros produtos da região destinados ao atendimento prioritário ao turista.

Buscou-se obter o maior número de participantes para a pesquisa de campo, configurando-se um estudo censitário. Entretanto, em razão da ausência de alguns empresários no período da pesquisa e da recusa de outros em participar, a amostra foi composta por 62 empresas (72% da população), das quais 27 hotéis e pousadas; 21 restaurantes e barracas de praia; 6 lojas de artesanato; 5 pontos de serviços de apoio ao turista; e 3 pontos de outros tipos de serviço ou comércio. Para a seleção das empresas utilizou-se o critério de acessibilidade e não-probabilístico em decorrência das respostas aos contatos prévios mantidos.

Na operacionalização deste estudo, os dados primários foram coletados combinando quatro fontes de evidências: 1. análise documental; 2. entrevista semi-estruturada; 3. questionário estruturado; e 4. observação direta. Buscou-se, dessa forma, aplicar a técnica de triangulação, baseada no emprego concomitante de diferentes técnicas de pesquisas que, segundo Triviños (1992, p. 138), "tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo".

O marco teórico utilizado para análise da organização produtiva do território do arranjo em estudo foi a abordagem dos arranjos e sistemas produtivos locais, cujos conceitos são apresentados por Cassiolato e Lastres (2003) e Albagli e Brito (2002). Na análise das dimensões do capital social, foram utilizados os conceitos desenvolvidos por Coleman (1990), Franco (2001) e Putnam (1993). Na análise quantitativa foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, com o uso do *software* SPSS 11.5.

Na fase de análise quantitativa do material, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, frequências e tabulações cruzadas dos dados obtidos nos questionários e, para isso, utilizou-se o recurso do *software* SPSS 11.5 e da planilha eletrônica Microsoft Excel com vistas à interpretação quantitativa das questões fechadas. Em relação às questões abertas, este *software* foi utilizado apenas para a categorização dos resultados alcançados e dos comentários adicionais apresentados pelos pesquisados.

Na análise qualitativa das informações coletadas, foi utilizada a técnica do mapa de associação de idéias, que constitui uma estratégia para assegurar a visibilidade e o rigor da interpretação (SPINK, 1999). A técnica do mapa de relações de idéias constitui um meio dentro da dinâmica da interpretação e tem a função de dar visibilidade e assegurar o rigor ao processo (SPINK, 1999). Na construção do mapa, os relatos dos entrevistados são dispostos em colunas referentes a cada bloco temático. No campo "aspectos analíticos" são mostrados os elementos a serem analisados dentro da temática do respectivo bloco. Na coluna "aspectos qualificadores" são apresentados os relatos que explicitam a tonalidade afetiva das falas por meio de emoções, valores e sentimentos, que resultaram em ruptura emocional e que possam ser usados como subsídio para o processo de interpretação. Ao final do mapa são apresentados os pontos comuns e os divergentes nos relatos dos diversos agentes entrevistados e relacionados com os aspectos analíticos do bloco temático.

ESTUDO DE CASO: A REGIÃO DE CANOA QUEBRADA COMO DESTINO TURÍSTICO

A unidade de análise do presente estudo de caso é formada pela região de Canoa Quebrada, considerada institucionalmente como área urbana do município de Aracati, sede da administração local. Essa região, de reconhecimento nacional e internacional como destino turístico, é formada por uma comunidade litorânea fincada sobre dunas móveis e povoada por jangadeiros e rendeiras. Situada a 12 km da sede do município, Canoa oferece um cenário paradisíaco com dunas coloridas e areias brancas. Possui uma infra-estrutura para o turismo bastante significativa, com vida noturna diversificada, com vários bares e restaurantes de diferentes cozinhas, lojas de artesanato e outros atrativos. Dista 160 km de Fortaleza e o acesso é feito via rodoviária, por meio das estradas BR-116, CE-040 e BR-304.

Conforme aponta Esmeraldo (2002) em seus estudos sobre "os dilemas do turismo em Canoa Quebrada", o turismo surgiu como atividade econômica alternativa para as famílias de pescadores. Na década de 70 não havia estrada até a localidade. Contudo suas belezas naturais começaram a atrair os primeiros visitantes, entre eles artistas, andarilhos (*hippies*) e estudantes de antropologia e sociologia, vindos dos Estados do Sudeste e do exterior, principalmente da França, Estados Unidos e Suíça. Naquela década, Canoa representava um atrativo exótico e pouco conhecido. Sem nenhuma atividade voltada prioritariamente para o turismo, sua divulgação deu-se pela propaganda boca-a-boca entre amigos e freqüentadores.

A década de 80 foi certamente o grande divisor de águas para a atividade turística em Canoa Quebrada, quando se intensificaram os esforços para transformá-la em destino turístico. Com o aumento do fluxo de visitantes nacionais e internacionais, cresceu, também, o interesse pelo local por parte das pessoas moradoras das cidades e Estados mais próximos (ESMERALDO, 2002). Com a melhoria da infra-estrutura do local, Canoa Quebrada tornou-se cada vez mais dependente das atividades turísticas. Em 1997, foi criada a Secretaria do Turismo e Meio Ambiente de Aracati, que passou a desenvolver um planejamento de valorização do destino turístico, e foi instituída a Zona de Turismo de Canoa Quebrada.

Em 2003, foi executado um projeto de requalificação urbanística que resultou em profundas transformações na infra-estrutura da sede da comunidade. Desde então o destino turístico tem sido objeto de intensa divulgação na mídia e por meio da realização de eventos locais e regionais organizados pelo governo do Estado e SEBRAE-CE.

ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DOS AGENTES NO TERRITÓRIO DO APL TURÍSTICO DE CANOA QUEBRADA

Apesar das dificuldades e interesses individuais das lideranças locais, o nível de integração e disposição para o trabalho conjunto das pessoas da comunidade de Canoa Quebrada possibilita elevado grau de organização. A existência dessa estrutura cooperativa pode ser observada a partir da presença de diversas associações no território do arranjo produtivo, congregando atividades sociais, esportivas, culturais, econômicas, de conservação das áreas públicas e preservação do meio ambiente. Essa cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar a confiança que, juntamente com a cooperação, podem representar elementos determinantes de um capital social da comunidade (PUTNAM, 1993).

O nível de organização dos diversos agentes é uma característica que deve ser ressaltada no território do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada, em suas três dimensões: econômica, social e institucional. No caso estudado, a estratégia utilizada para a mobilização das pessoas e organização das atividades comunitárias foi a formação de associações. Essas iniciativas têm o objetivo de congregiar todas as ações e esforços voltados para objetivos coletivos que representam benefícios para toda a comunidade.

O quadro 1 apresenta uma relação das associações, conselho e instituições que têm efetiva participação na mobilização, organização e coordenação das atividades desenvolvidas na comunidade, dentro das respectivas dimensões características do arranjo produtivo.

Este quadro mostra, também, as parcerias estabelecidas com órgãos de apoio setoriais e organizações não-governamentais do Brasil e do exterior. A presença de instituições estrangeiras em atuação no território é uma característica marcante de Canoa Quebrada, dentro de um processo histórico que projetou e deu contornos singulares à região.

A iniciativa de organização dos empresários da região é recente (aproximadamente dois anos) e ainda está em desenvolvimento. Assim, percebe-se a falta de integração mais efetiva de todas as atividades econômicas com foco no turismo, destarte a atuação e o papel do conselho comunitário na construção de um processo de governança local.

Quadro 1 - Agentes que Atuam no Território do Arranjo Produtivo

Instituições que atuam no território do arranjo produtivo de Canoa Quebrada		
Dimensão social	Dimensão econômica	Dimensão político-institucional
Conselho Comunitário de Canoa Quebrada (CCCQ) Associação dos Moradores do Estevão (AME) Associação dos Amigos do RECI-CRIANÇA Associação Cultural de Canoa Quebrada – FM Malazartes Associação dos Catadores de Material Reciclado - CATALIMPA União Social e Esportiva Canoense (USEC)	Associação dos Empreendedores de Canoa Quebrada (ASDECQ) Associação dos Bugueiros de Canoa Quebrada (ABCQ) Associação dos Artesãos de Canoa Quebrada (ASACQ) (em implantação)	Secretaria de Turismo do Estado Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional Secretaria Municipal de Turismo Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE – CE) Fundação Bernard Van Leer ONG Criança Feliz

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da pesquisa de campo.

Na dimensão social do território, sobressai a organização das atividades sociais, culturais, esportivas e de conservação ambiental, sob a estratégia de ações associativas, coordenadas por um conselho comunitário. Os agentes que desenvolvem atividades diretamente destinadas ao apoio às atividades turísticas (dimensão econômica) concretizaram sua organização em duas associações. Uma associação reúne os empreendedores de hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia e outros lojistas de produtos típicos da região. Os responsáveis pela realização de passeios ecológicos e visitas aos atrativos naturais da região, representados por pessoas físicas operadoras de carros especiais (bugues), se organizaram em outra associação, independente dos empresários, apesar de suas ações estarem diretamente relacionadas às atividades de apoio ao visitante.

Na dimensão institucional, identificou-se a atuação do governo estadual, por meio da sua Secretaria de Turismo, que desenvolve projetos e empresta apoio para a melhoria da infra-estrutura e para a realização de eventos setoriais; e pela Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional que implementou o processo de reurbanização e requalificação da sede da comunidade. A administração municipal também está presente, com sua Secretaria de Turismo; contudo, é objeto de reclamações das lideranças comunitárias por sua limitada participação no desenvolvimento da região. Evidencia-se, ainda, a formação de parcerias com o SEBRAE-CE, organizações não-governamentais de Fortaleza e de outros países.

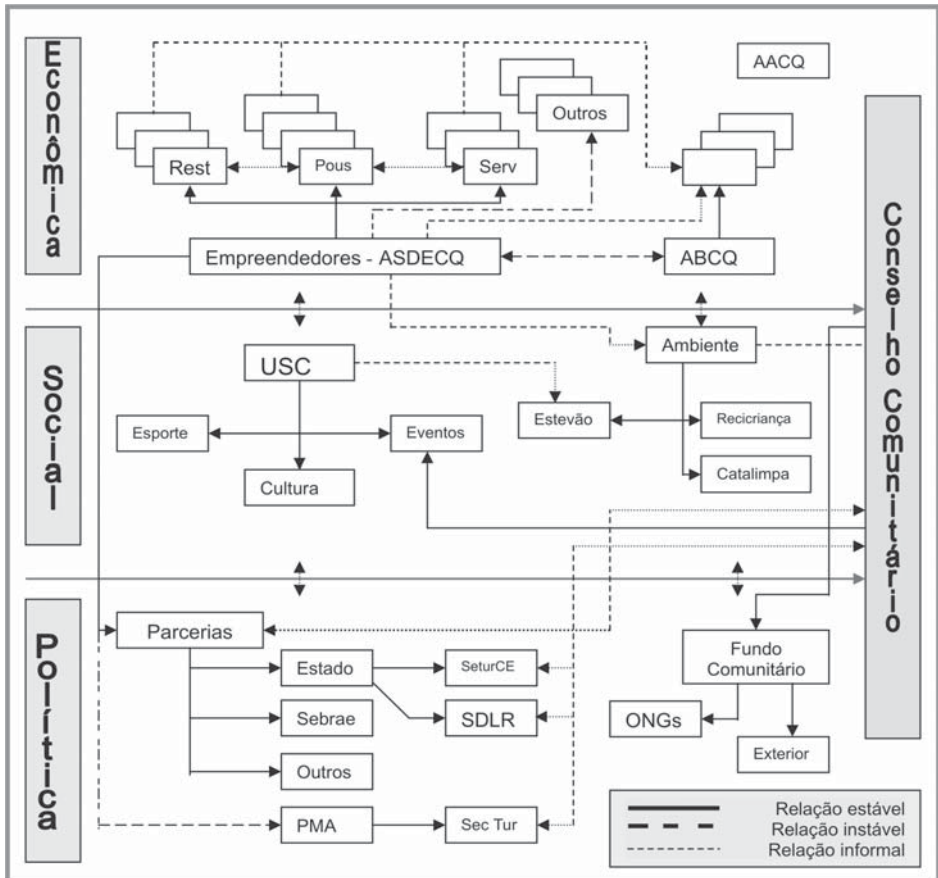
Com vistas a dar maior visibilidade e facilitar a percepção das relações interorganizacionais existentes no território do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada, é mostrada na figura 1 uma representação gráfica dos diversos atores e das redes estabelecidas a partir de suas inter-relações. Evidencia-se a participação dos agentes nas três dimensões do arranjo produtivo: econômica, social e político-institucional. Essa figura mostra, também, as parcerias constituídas com instituições de fora da comunidade, as quais apresentam atuação relevante nas atividades locais e suas relações com as empresas e instituições no âmbito do território.

Ao observar a amplitude das redes sociais e os relacionamentos entre os diversos agentes, foram identificados diferentes níveis de integração e cooperação, possíveis resultados das diferentes intensidades das inter-relações. Desse modo, neste mapeamento, adotou-se uma classificação em três níveis de intensidade de relações, quais sejam: relação estável, relação instável e relação informal. As “relações estáveis” dizem respeito àquelas interações rotineiras entre empresas e instituições em decorrência das atividades associativas e do estabelecimento de parcerias. Da mesma forma, foram observadas interações dentro do território que se desenvolveram a partir de “relações informais” e independentes e alheias às atividades desenvolvidas e estabelecidas pelas associações,

estando, portanto, fora de sua coordenação.

Também foram observadas situações de claro conflito entre alguns agentes, fruto de interesses pessoais divergentes. Esse aspecto, caracterizado pela dificuldade para a manutenção de inter-relações, é evidenciado na representação gráfica do arranjo sob a forma de "relações instáveis" que, além de não possibilitar uma integração das ações e esforços, acarreta situações de baixo nível de confiança e reciprocidade. Os reflexos desse contexto desfavorável são observados no desempenho das associações e, em especial, na baixa representatividade da associação dos empreendedores.

Figura 1 – Representação Gráfica do APL de Turismo de Canoa Quebrada



Fonte: Elaborada pelos autores a partir da pesquisa de campo.

Foram percebidos, a partir dos relatos dos representantes das associações, alguns questionamentos quanto à participação da dimensão política municipal. A ausência dessa instituição nas atividades da comunidade, por meio do apoio aos eventos e atividades associativas, foi sentida por esses representantes, que reivindicam cooperação mais efetiva e presença mais constante.

O Conselho Comunitário de Canoa Quebrada foi criado para possibilitar a coordenação do trabalho das associações e, também, para servir como fórum de discussões dos problemas, das dificuldades e das necessidades da comunidade. Contudo, segundo os relatos de representantes de associações, esse papel não é plenamente exercido pelo Conselho, o qual apresenta limitado poder de governança em decorrência da presença de fortes lideranças locais à frente das atividades econômicas do arranjo.

Por outro lado, a participação da comunidade é evidenciada nos aspectos sociais, culturais e de preservação do meio ambiente, representada por associações distintas. Quanto às atividades associativas voltadas para a dimensão econômica do arranjo, deve ser ressaltado que as relações entre as associações (ASDECQ e ABCQ) não são estáveis e se caracterizam pela limitada integração e pela existência de ressentimentos de suas lideranças, o que é refletido nos insuficientes níveis de cooperação. Contudo, essa situação não é sentida na totalidade das atividades das associações, porquanto foram verificadas, por meio da observação direta, algumas ações desenvolvidas entre os agentes da dimensão econômica do território, realizadas a partir de relações informais de cooperação e de trabalho conjunto, apesar de compromissos e vínculos formais desses agentes com as respectivas associações.

Finalmente, observou-se que a região de Canoa Quebrada destaca-se por abrigar pessoas de diferentes procedências, tanto de outros Estados brasileiros como de outros países. Conforme ressaltado, essa diversidade de origens e culturas representa mais um obstáculo para a implementação de uma gestão integrada e participativa no território do arranjo, pois essas pessoas participam das atividades sociais, culturais e econômicas voltadas para o turismo. Levam consigo, ainda, extensa gama de interesses pessoais e de visões que, muitas vezes, é conflitante com os interesses da comunidade e das lideranças locais, o que dificulta a cooperação e o trabalho conjunto.

ANÁLISE DAS DIMENSÕES DO CAPITAL SOCIAL NAS ATIVIDADES DO TERRITÓRIO

O processo analítico das informações coletadas na pesquisa de campo foi baseado nos seguintes blocos temáticos definidos durante o processo interpretativo: 1. confiança e participação comunitária; e 2. cooperação, parcerias e trabalho conjunto.

Apesar desses temas estarem inter-relacionados, foram apresentados separados e exemplificados com trechos extraídos das narrativas das entrevistas realizadas com os representantes das instituições que atuam no território do arranjo. A análise foi complementada com as informações coletadas por meio dos questionários aplicados aos empreendedores participantes da amostra pesquisada, no intuito de obter estreita afinidade com a realidade em estudo.

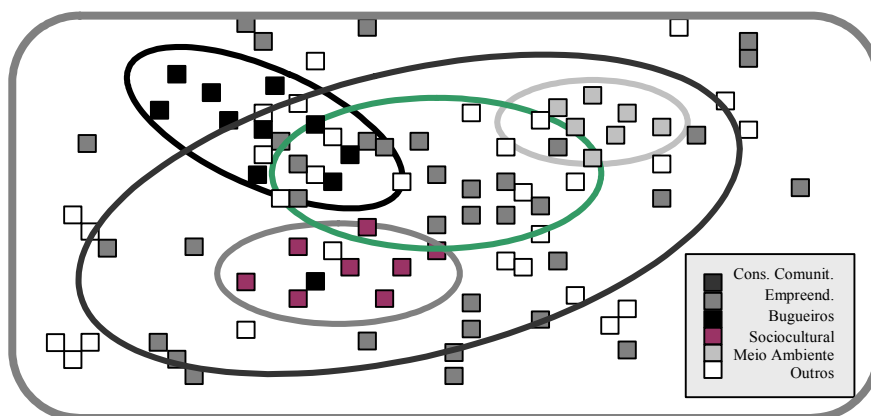
CONFIANÇA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Ao analisar a região de Canoa Quebrada, percebe-se uma disposição para a participação comunitária, fruto da confiança e da cooperação existente na comunidade, como também em decorrência da mobilização implementada a partir das ações desenvolvidas pelas associações.

O nível de confiança de determinada comunidade reflete uma forma mais ampla de relacionamentos que transcende as estruturas de uma economia tradicional. Nessa dinâmica econômica, inserem-se as relações e estruturas informais que emergem das iniciativas comunitárias com seus valores, hábitos e costumes (ALBAGLI e MACIEL, 2003). De modo simbólico, a figura 2 mostra a configuração espacial das relações de confiança estabelecidas a partir das interações entre os diversos atores presentes no território. Verifica-se tanto a atuação das associações e suas respectivas áreas de influência, como a existência de interações entre as associações e entre outros atores que se relacionam fora das áreas de atuação dessas organizações, de forma independente. Quanto à atuação do Conselho Comunitário, esta é limitada às relações de confiança e reciprocidade com algumas lideranças e agentes.

Nessa configuração espacial, as áreas de atuação das redes de agentes e suas relações de confiança são mostradas por meio de uma série de elipses com tamanhos proporcionais ao nível de influência de cada associação. A elipse maior, representa o Conselho Comunitário, que atua como coordenador das atividades comunitárias e mediador dos interesses das diversas associações. Os diferentes agentes, dentro das três dimensões do arranjo, são representados por pequenos quadrados e suas posições na figura identificam a participação, ou não, nas associações. O posicionamento mostra, também, as relações informais dos agentes com membros de outras associações ou apenas relações de parcerias com outros agentes, independentemente da existência de associações estabelecidas para cada atividade.

Figura 2 – Configuração Espacial das Relações de Confiança no Arranjo de Canoa Quebrada



Fonte: Elaborada pelos autores a partir da pesquisa de campo.

Ao analisar as atividades das associações, destarte a visível mobilização, evidenciam-se diferentes comportamentos e resultados. As associações com foco na dimensão econômica não apresentam o mesmo nível de confiança e cooperação daquelas voltadas para as ações sociais, culturais e comunitárias (dimensão social) que, diferentemente, demonstram destacado grau de cooperação e trabalho conjunto.

Nas associações de empreendedores e bugueiros, percebe-se, ao observar as narrativas de seus representantes, um sentimento de animosidade entre suas lideranças. Este comportamento dificulta o estabelecimento de uma relação mais integrada e interdependente na implementação das ações que têm papel fundamental no desenvolvimento local e no principal produto da região, o turismo. Enquanto os operadores dos bugues são todos associados com base em um regimento próprio, condição necessária para a exploração das atividades correlatas, os membros da ASDECQ são associados voluntariamente e congregam os empreendedores das atividades de alimentação, pousada, artesanato e outros serviços destinados ao turista.

Finalmente, deve-se concluir pela existência de um óbice, no tocante ao nível de confiança dos agentes no território do arranjo estudado, que pode dificultar o estabelecimento de relações mais integradas, especialmente nas ações voltadas para o desenvolvimento das atividades turísticas (dimensão econômica) na região. A confiança, dessa forma, deve ser vista como elemento facilitador e viabilizador da vida social que, por sua vez, gera e potencializa os recursos econômicos, a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e das empresas (ALBAGLI e MACIEL, 2003).

COOPERAÇÃO, PARCERIAS E TRABALHO CONJUNTO

Na análise do quadro 2, percebe-se que a realização de trabalhos conjuntos e integrados é uma característica identificada no território do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada, no tocante às atividades sociais e culturais. Nesse aspecto, evidencia-se a participação da comunidade em festas típicas e eventos locais representativos de seus costumes e tradições, os quais têm como objetivo maior a preservação da identidade cultural.

Quadro 2 – Mapa de Relações de Idéias Referentes à Cooperação, Parcerias e Trabalho Conjunto

COOPERAÇÃO, PARCERIAS E TRABALHO CONJUNTO		
Agentes	Aspectos analíticos	
	Realização de trabalhos conjuntos e integrados. Relações informais de cooperação. Parcerias internas e externas.	Aspectos qualificadores
Coordenadora do Programa de Turismo do SEBRAE-CE	[...] Você tem uma característica em Canoa Quebrada que ela facilita de um lado e ela dificulta do outro; por exemplo: você tem em Canoa Quebrada pessoas que são da própria comunidade, pessoas que são do Brasil inteiro, São Paulo, de tudo quanto é lugar. [...] então, no momento que você tá numa reunião... que você tá tomando uma decisão, isso influencia, né, porque as pessoas... elas têm sua visão de mundo conforme elas foram educadas [...] então em determinados momentos isso dificulta [...]	[...] pessoas que são da... comunidade, ... Brasil inteiro... de tudo quanto é lugar [...] em determinados momentos isso dificulta [...]
Presidente da Associação dos Bugueiros (ABCQ)	[...] As pousadas não têm parceria conosco, nenhuma pousada tem parceria ... ela simplesmente escolhe um bugueiro e bota o que quer, ou o próprio presidente dos empreendedores chegou aqui e disse que com eles só bota quem ele quiser. [...] Parceria, alguma, sim, porque a gente contribui é... a gente é... por exemplo, a parceria que nós contribuimos mais pro público [...] essas coisas de cortesia. Tudo vem pra Associação dos Bugueiros. [...].	[...] (<i>pousada</i>) ela simplesmente escolhe um bugueiro e bota o que quer [...] nós contribuimos mais pro público [...]
Representante da União Social e Esportiva Canoense (USC)	[...] Sempre que tem evento, tá nos ajudando também (<i>associações</i>)... é uma troca de experiências [...] dos empresários também (<i>associação</i>). A ASDECQ, né, que dá uma força nas festas comunitárias, nos eventos. [...] (<i>trabalham juntos?</i>) Com certeza, tá um pouco assim, um pouco lá, outro aqui, mas, a gente... tá tentando que se engaje no mesmo objetivo, né [...].	[...] (<i>associações</i>) tá um pouco assim, um pouco lá, outro aqui, mas a gente... tá tentando que se engajem [...]
Presidente da Associação dos Empreendedores (ASDECQ)	[...] além dos empresários que fazem parte do grupo que contribuem com idéias e mostram que têm interesses em procurar buscar soluções pros problemas de Canoa Quebrada, a gente tem, né, os nossos parceiros... , o SEBRAE, né! Desde o início um grande parceiro!!! [...] Então veio a SETUR depois, né. Aí a gente teve uma contraparte do município que é muito pouca, muito pouca mesmo. [...].	(SEBRAE) [...] Desde o início um grande parceiro!!! [...] contraparte do município que é muito pouca [...]
Pontos comuns	Realização de atividades conjuntas voltadas para a dimensão social. Conflitos de características pessoais, interesses e culturas que dificultam o trabalho integrado.	
Pontos divergentes	Ausência de parcerias envolvendo a ABCQ em atividades de apoio ao turismo. Relações de pouca cooperação entre as lideranças da ASDECQ e ABCQ (dimensão econômica).	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir da pesquisa de campo.

Quando às atividades econômicas diretamente relacionadas ao atendimento ao turista, também foi observado o atributo de cooperação, apesar dos posicionamentos pessoais dos representantes das associações envolvidas nessas atividades, muitas vezes com interesses conflitantes. A despeito disso, foi identificada, por meio da observação direta das atividades desenvolvidas no território, a existência de relações informais de cooperação entre empreendedores de pousadas, restaurantes e membros da Associação dos Bugueiros, independente-

mente de seus compromissos com as respectivas associações e com suas lideranças. Entre as parcerias estabelecidas com instituições externas à comunidade, ressalta-se a participação decisiva do SEBRAE e sua importância na mobilização dos empresários para a realização de trabalhos conjuntos e para a criação de sua associação, como também no envolvimento de toda a comunidade. Destaca-se a elaboração de um programa institucional, por esse órgão, para aplicação no território do arranjo de Canoa Quebrada, voltado para o fortalecimento do associativismo, melhoria da qualidade dos serviços e atendimento à demanda do mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como principal proposta analisar os diversos aspectos da organização espacial dos atores presentes no território do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada, um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará, sob a ótica das dimensões do capital social. Excluídas as dificuldades e obstáculos enfrentados durante o início do processo de organização e a diversidade de interesses identificados, a região de Canoa Quebrada destaca-se pela capacidade singular de se organizar e de se associar, ao estabelecer fóruns para o debate dos problemas e interesses locais (associações e conselho) e para compartilhar necessidades e expectativas de seus membros (dimensão social). Nesse aspecto, a comunidade tem se mobilizado por meio da organização, com características horizontais, dos empreendedores, instituições e membros da comunidade.

A existência de redes de pessoas e grupos, estabelecidas com base em laços horizontais de interdependência entre seus membros e fundamentadas na confiança e cooperação dentro de uma comunidade, transforma o contexto da sociedade no qual estão inseridas, gerando um capital social que identifica singularmente aquela comunidade. É na interação entre os citados fatores que se consolida o capital social. Nesse intento, deve-se motivar a participação das pessoas nos grupos sociais que emergem a partir das inter-relações, por meio do incremento de suas capacidades, competências e habilidades.

Apesar das dificuldades enfrentadas e de suas limitações, o desenvolvimento de trabalhos conjuntos e integrados é uma realidade no território do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada, sejam eles realizados por meio das associações ou em decorrência de relações informais entre os diversos agentes. O rol de relações firmadas a partir da organização privilegia o território do arranjo na busca do desenvolvimento local sustentado. Contudo, deve ser ressaltada a importância da relação entre essa estratégia de organização e a necessidade do fortalecimento do capital social da comunidade, por meio de relações de cooperação e trabalho conjunto.

As associações atuantes na dimensão econômica do arranjo não possuem o mesmo nível de confiança e cooperação daquelas voltadas para as ações sociais, culturais e comunitárias que, diferentemente, apresentam destacado grau de cooperação, coordenação e trabalho conjunto. Esse comportamento deve ser creditado ao sentimento de animosidade existente entre suas lideranças, o que tem dificultado uma relação mais integrada e interdependente na implementação de suas ações que exercem papel fundamental no desenvolvimento local. Dessa forma, nesse estudo, deve-se concluir pela existência de um óbice, no tocante ao nível de confiança dos agentes no território do arranjo estudado, que pode dificultar o estabelecimento de relações mais integradas, especialmente nas ações voltadas para o desenvolvimento das atividades turísticas (dimensão econômica) na região.

Os resultados das iniciativas e programas de desenvolvimento regional são determinados pelo contexto social no qual são implantados. Um contexto social caracterizado por densa rede de associações locais, pela participação de atores locais nos negócios e problemas comunitários, pela confiança entre os

agentes sociais e econômicos e pela observância de normas criadas e aceitas pela comunidade pode vir a ser um fator de êxito para esses programas institucionais e o conseqüente nível de desenvolvimento. Por outro lado, a ausência desses elementos é capaz de afetar o funcionamento das instituições, tanto sociais como econômicas, e de trazer conseqüências negativas para toda a comunidade.

Nesse sentido, a implementação de um processo de coordenação que reúna os diversos atores representativos dessas dimensões, por meio de políticas de desenvolvimento local, poderia contribuir para o fortalecimento e a consolidação do arranjo estudado. Na verdade, a busca de um planejamento integrado e de responsabilidades compartilhadas, características de um processo de governança estabelecido, constitui um dos maiores desafios de um projeto de desenvolvimento de um APL. Nesse intuito, ressalta-se a importância do diálogo social entre os gestores municipais e as forças empreendedoras locais, visando estimular e intensificar as redes locais e valorizar o trabalho e as competências locais.

Finalmente, pode-se concluir que a dinâmica de funcionamento das configurações organizacionais no território indica a existência de relações interorganizacionais incipientes e pouco consistentes. Com a análise, identificou-se, também, que a participação da comunidade na formação de uma identidade local e na competitividade do destino turístico é fundamental; contudo, suas relações devem ser integradas juntamente com as instituições governamentais e as empresas, em um contexto participativo e representativo de suas dimensões econômica, social e política.

O entendimento dos diferentes níveis de desenvolvimento entre regiões e países enseja a relevância de se estudar a empresa não como um agente que atua isolado, mas em decorrência de sua imersão em relações e estruturas sociais amplas. A existência de redes de pessoas e grupos, estabelecidas com base em laços horizontais de interdependência entre seus membros e fundamentadas na cooperação e no trabalho conjunto dentro de uma comunidade, transforma o contexto da sociedade no qual estão inseridas, como também seu nível de desenvolvimento econômico, conforme ficou evidenciado na região de Canoa Quebrada, unidade de análise deste caso.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; BRITO, J. *Arranjos produtivos locais: uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de arranjos produtivos locais*. Rio de Janeiro: RedeSist, 2002.
- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. Lucia. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, M. Helena *et al. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- AMARAL FILHO, Jair. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: CASTRO, Ana Célia. *Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento II*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- _____. APL como estratégia de desenvolvimento local. SEMINÁRIO TEMÁTICO DA REDE NÓS. Fortaleza: Banco do Nordeste, out. 2004.
- AMORIM, Mônica A. *Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará*. Fortaleza: Banco do Nordeste – ETENE, 1998.
- BECATTINI, Giacomo. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, Giuseppe. *Novos empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

BOURDIEU, P. *Capital social*. Actes de La Recherche, 1980.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, M. Helena. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. Helena *et al.* *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIOLATO, José E.; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, M. Helena *et al.* *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CHÉVEZ, M. L. Z. Capital social e desenvolvimento local: alguns apontamentos teóricos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO RURAL, IV, 2001. Goiânia-GO. *Anais...* Goiânia: ABAR, 2001. 1 CD-ROM.

COCCO, Giuseppe *et al.* Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: COCCO, Giuseppe. *Novos empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

COLEMAN, James S. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. Social capital in creation of human capital. *American Journal of Sociology*, p. 95-121, 1998.

ESMERALDO, Luiz R. A. *Jangadeiros e pescadores: os dilemas do turismo em Canoa Quebrada*. Fortaleza: SENAC, 2002.

FERNANDES, Bruno H. Rocha. Criação de redes intraorganizacionais: o caso da SANEPAR. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, XXIV, 2000, Florianópolis-SC. *Anais...* Florianópolis: 2000, 1 CD-ROM.

FRANCO, Augusto de. *Capital social*. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

FUKUYAMA, Francis. Social capital, civil society and development. *EUA: Third World Quarterly*. V. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

IPIRANGA, Ana Silvia Rocha. O capital social e a arte de exportar na experiência do nordeste italiano: possibilidades de desenvolvimento. *Revista de Administração Mackenzie*. São Paulo. Ano 3, n. 2, 2002.

MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. *Empreendedorismo social*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOREIRA, M. Vilma C. *et al.* A tecnologia para a mobilização dos arranjos produtivos locais: um enfoque na formação do capital social e promoção da governança. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – ENEO, II, 204, Atibaia-SP. *Anais...* Atibaia: 2004, 1 CD-ROM.

PORTER, Michael E. Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, v. 76, n. 6, Nov. Dec. 1998.

PUTNAM, Robert D. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

SAXENIAN, Annalee. *Culture and competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

SCHMITZ, Hubert; NADVI, Khalid. Clustering and industrialization. *World Development*, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SPINK, Mary J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez, 1999.

YIN, R. K. *Case study research: design and methods*. California: Sage, 1994.